



Revista Pistis & Praxis: Teologia e

Pastoral

ISSN: 1984-3755

pistis.praxis@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do
Paraná
Brasil

de Itoz, Sonia

Ethos, fato religioso e diversidade: como selecionar conteúdos e trabalhar estratégias
Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol. 6, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 399-
421

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449748251003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Ethos, fato religioso e diversidade: como selecionar conteúdos e trabalhar estratégias

Ethos, religious fact and diversity: how to select content and work with strategies

Sonia de Itoz

Mestra em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP – Brasil, e-mail: soniadeitz@gmail.com

Resumo

Propomos com este ensaio discutir questões metodológicas do Ensino Religioso no que se refere a conteúdos e estratégias. Tomamos como referência o eixo temático *Ethos*, pautando-nos primeiramente por uma definição e compreensão de seu sentido e significado, e discutindo o que implica a construção da figura de um “alguém” e de uma coletividade situados na cultura humana. Entendemos aqui que o indivíduo e as organizações socioculturais tornam-se o lugar-espelho da manifestação de existir, nos quais também se configura a concretude do fato religioso. Daí a importância do trabalho com a diversidade de concepções, de organizações e de expressões para que a escola e o Ensino Religioso colaborem com a formação integral do indivíduo-cidadão. Em seguida, partimos das indagações de cunho pedagógico “o quê?” e “como?” e buscamos situar uma compreensão de conteúdos e estratégias, para o trabalho do

componente curricular Ensino Religioso. Entendemos, assim, ser necessário ter clareza e conhecimento para escolher, eleger e selecionar, para cada faixa etária, conteúdos adequados e apropriados, e saber que estratégias desenvolver para um ensino e uma aprendizagem significativos. A premissa básica e primeira que se coloca é que o trabalho pedagógico-educacional do Ensino Religioso deve contribuir com o currículo escolar e com a formação de um cidadão integrado e atuante. Por consequência, o indivíduo elabora instrumentos de leitura de mundo e insere-se no contexto da própria vida, a partir da apropriação do conhecimento, contribuindo no respeito ao outro e ao diferente e desenvolvendo relações de paz e de dignidade para todos.

Palavras-chave: Ethos. Ensino Religioso. Conteúdos. Estratégias.

Abstract

The objective of this essay is to discuss methodological issues in Religious Education in regards to content and strategies. We will focus on Ethos as the main theme, starting by its definition, significance and meaning, and then discuss the construction of the “person” and of a collective whole and their implications in a human cultural context. The individual and sociocultural organizations are the place and space for the manifestation of existence, in which the religious fact also materializes. Thus the importance of working with diversity in conception, organization and expression, wherewith the school and Religious Education become contributing agents in the formation of the citizen and person. We then move from the pedagogical questions “what?” and “how?” to define contents and strategies for teaching Religious Education as a curriculum subject. Therefore, one must have ample understanding and knowledge in order to choose, select and designate appropriate and adequate content for different ages ranges, as well as to define the teaching strategies for significant learning. The foundation and first premise is that the educational and pedagogical work of Religious Education should contribute to the school curriculum and to the upbringing of an integrated and active person. Thereby the individual develops tools for understanding the world within his life context, by acquiring knowledge, respecting others and their diversity and developing relationships of peace and dignity for all.

Keywords: Ethos. Religious Education. Content. Strategies.

Introdução

As diretrizes do Ensino Fundamental homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1998) tratam, em seus artigos 6º e 7º, dos princípios que devem nortear as ações pedagógicas da Educação Básica e de como tratar da organização dos componentes curriculares, entre os quais se insere também o Ensino Religioso. Os princípios colocados para a elaboração e desenvolvimento das ações pedagógicas referem-se aos aspectos éticos, políticos e estéticos. São eles:

- 1) Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 2) Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.
- 3) Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Esses princípios devem colaborar para desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação básica, indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhe os meios para progredir no mundo do trabalho e para dar continuidade aos estudos, de acordo com os objetivos propostos para essa etapa da escolarização, ou seja:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os conteúdos, no componente curricular Ensino Religioso, têm como referência a compreensão do fenômeno humano-religioso, o que desencadeia um trabalho na perspectiva da compreensão de si mesmo, do outro, do fenômeno religioso e do mundo. As estratégias que se colocam, nessa perspectiva, são as de perceber e tratar o educando como co-participante do processo, pois só assim ele construirá um conhecimento que irá subsidiá-lo frente à vida.

As ações e práticas pedagógicas do Ensino Religioso precisam ser motivadoras de uma aprendizagem que se coloca no universo das diversidades e, por meio delas, levar ao desenvolvimento de cidadãos críticos e que pensam no bem comum. Tratar da compreensão de si mesmo, do outro, do mundo e do fenômeno religioso segundo a proposta de conteúdos é oportunizar modos de pensar, de discutir, de perceber e de construir valores e de definir comportamentos de respeito à pluralidade. É possibilitar o desenvolvimento do imaginário, da criatividade e de um senso crítico-politizado.

A sociedade do conhecimento precisa ser antes, e acima de tudo, uma sociedade de humanos, formada por indivíduos com pleno acesso à informação, porém humanizados, não rotulados, sensíveis e que exerçam uma cidadania soberana a qualquer movimento ou credo. Propor uma reflexão sobre a seleção de conteúdos e as estratégias de trabalho no Ensino Religioso é colocar em pauta a função social de educar e o compromisso com o processo de construir um ser humano sensível, aberto e aprendiz de práticas cidadãs-solidárias.

O processo de sensibilização para o conhecimento de si, do outro, do mundo e do fenômeno religioso consiste em desencadear na ação pedagógico-educacional do Ensino Religioso um encontro efetivo e afetivo com um aprendizado marcante para a construção de um indivíduo autônomo e constituidor da pluralidade que lhe é peculiar.

É por isso que o aprendizado primordial do Ensino Religioso se coloca nas condições de: possibilitar sensibilizações que levem a uma ação comprometida com a dignidade do outro; permitir a criação e incorporação de imagens afetivo-mentais do bem, do bom e do belo; fazer a correlação entre as diversas experiências e as manifestações religiosas; possibilitar o conhecimento do outro e de outras experiências; estabelecer relações de aprendizado e de respeito à diversidade; vivenciar a dimensão da ética.

Didaticamente, a eleição ou seleção dos conteúdos que fomentam a construção de valores perpassa pelo conhecimento e pela elaboração de novos horizontes para o aprendiz e, por isso, suscita pensar estratégias significativas para que se transforme em aprendizado. No entanto, os conteúdos pensados e propostos para avançar no aprendizado sempre irão pressupor partir dos conhecimentos já constituídos no indivíduo e na realidade local.

E, se ensinar é levar a apreender, então é necessário apresentar o contexto conceitual do conteúdo com recursos que deem sentido ao aprendizado e manifestem as finalidades (os significados) do conhecimento. Como processo pedagógico, o conteúdo selecionado é explorado em todas as suas dimensões e possibilidades, para que se torne uma rede que leva a um ambiente mais amplo de conhecimento. Como estratégia, é preciso garantir a autonomia de quem conhece para buscar, aprofundar e aprender e, assim, dê-se a dinâmica do conhecimento.

De qualquer forma, o conteúdo é só o pontapé inicial para um aprendizado que deverá ser bem maior. Ele precisa remeter a algo que possa propor um sentido para estar no mundo e instigar as mais diversas correlações. Nesse aspecto, educador e educando apoiam-se mutuamente para aprender e para ensinar, e podem interagir e compartilhar diversos recursos e diferentes aprendizados. O aprender é algo colaborativo, compartilhado pelo outro, pela cultura e história das quais se é parte.

Conteúdos aliados a estratégias significantes provocam no indivíduo um conhecer melhor e mais amplo, promovem relacionamentos e intercâmbios de sínteses, desenvolvem o senso crítico e a construção de valores.

A seleção de conteúdos tem o objetivo de obter outras informações, socializar conhecimentos elaborados no processo histórico, ter contato e conhecer culturas, apreender e propor novas sistematizações. Serve, enfim, como ferramenta e recurso para se adentrar ao outro e às culturas no seu tempo e história, propõe a troca e a colaboração, o que vai organizando o pensamento e sistematizando o conhecimento.

Quanto aos critérios para a seleção de conteúdos, é importante destacar que o referencial primeiro é o ser humano, suas características, suas capacidades, suas necessidades, seu contexto, sua cultura e sua história.

***Ethos* como eixo temático e conteúdo**

Para Amossy (2005, p.10), “os antigos designavam pelo termo Ethos a construção de uma imagem de si”, o que implica a constituição da figura de um alguém. Mas, correlativamente, a formação da imagem de um alguém só pode se dar mediante um outro. *Ethos* então tem a ver com construção de uma imagem, daquilo que não é dito explicitamente, mas que, logicamente, precisa ser evidenciado por um caráter e tornado real numa corporeidade, no sentido diverso de corpo, o da integridade humana, tanto na subjetividade como nos comportamentos.

Imagen é o que é criado pelo destinatário — o “outro”—, durante o processo de mostrar-se, de “manifestar-se” e de “aparecer” de um alguém. É por isso que caráter e corporeidade não se separam, já que são os diretamente responsáveis por mostrar e autorizar a construção da imagem ou daquilo que se manifesta de um indivíduo. E é um corpo físico, por sua vez, que dá e garante legitimidade ao caráter e à corporeidade. Caráter e corporeidade, no entanto, para serem reais,

apoiam-se nas representações¹ do indivíduo e nos modelos e convenções de uma cultura.

Portanto, a prova da existência de alguém será elaborada no decorrer da construção do próprio caráter e dado numa corporeidade específica. Isso vai acontecendo à medida que a pessoa for se inserindo na vida, tratando das questões do cotidiano, organizando inserções, estando presente, construindo argumentos que compartilhem crenças e, assim, demonstre certa identificação e diferenciação dos seus semelhantes.

A relação caráter-corporeidade coloca-se, assim, na condição da apropriação de um “outro” *Ethos* que, ao permitir formar uma representação dinâmica e uma assimilação de quem se apresenta, estabelece o Eu-Tu. O resultado desse duplo processo se dá numa apropriação do outro e permite a incorporação imaginária desse Eu-Tu.

O termo *Ethos* aponta, então, para o aspecto subjetivo, ou no que está centrado no comportamento individual do sujeito. E aponta ainda para o aspecto do intersubjetivo, ou no que está num modo coletivo de vida. *Ethos*, então, é a própria *morada-corpo* do ser e do existir humano.

Morada, no sentido de casa-espaco, onde se instaura o indivíduo e ainda onde se configura a sua existência a partir de um processo de mão dupla, que vai do coletivo para o indivíduo (que o internaliza de forma própria), e que volta do indivíduo para o coletivo, alterando, potencialmente, o *Ethos* estabelecido da ética de uma cultura. A morada pode ser também o local onde se dá o processo formador do hábito, da espacialidade interna do indivíduo e do *locus* da cultura, numa incessante construção,

¹ “Nas sociedades modernas, somos diariamente confrontados com uma grande massa de informações. As novas questões e os eventos que surgem no horizonte social frequentemente exigem, por nos afetarem de alguma maneira, que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que já conhecemos, usando palavras que fazem parte de nosso repertório. Nas conversações diárias, em casa, no trabalho, com os amigos, somos instados a nos manifestar sobre eles procurando explicações, fazendo julgamentos e tomando posições. Estas interações sociais vão criando ‘universos consensuais’ no âmbito dos quais as novas representações vão sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse universo não mais como simples opiniões, mas como verdadeiras ‘teorias’ do senso comum, construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas. Essas ‘teorias’ ajudam a forjar a identidade grupal e o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo” (MAZZOTTI, 2008, p. 21).

nunca pronta e acabada, já que não há indivíduo nem sociedade que possa afirmar-se pronto ou completo.

O “*Ethos* como ninho, identidade, coerência, consciência profunda remete para a profundidade maior dos seres humanos, lá onde eles se encontram com o divino” (MOSER; SOARES, 2006, p. 10), tornando-se ponto de partida para a compreensão do ser humano, de seus alicerces interno (subjetivo) e externo (objetivo), que o sustentam. A definição de *Ethos* segundo Houaiss (2011) é: “conjunto de costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres) e da cultura (valores, ideias ou crenças), características, costumes e hábitos de uma determinada coletividade, época ou região” que designa “caráter pessoal; padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo”.

Nessa dimensão e significado, *Ethos* torna-se um dos eixos estruturantes para o trabalho de Ensino Religioso. Pois é a partir do *Ethos*, ou do jeito de ser e viver dos indivíduos e grupos, que se estabelece o entendimento para a moral, os costumes e a dimensão de religiosidade no seu acontecimento mais real e palpável, que é o Fato Religioso. Entende-se, desse modo, que é o ser humano que habita um local que dignifica e faz dele a experiência localizada, o espaço concreto da presença de transcendência.

Portanto, o jeito de ser e a maneira de viver, o lugar e a morada, ganham um sentido histórico-cultural e definem o *Ethos*. É a própria prática existencial, desenvolvida na concretude do espaço-tempo e mediada por símbolos e significados, que dá sentido e suporte às vivências do cotidiano humano. A prática existencial vai tecendo, organizando e confirmando a complexa realidade das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas e instaurando um movimento que constitui a dinâmica de ser e de viver das pessoas e das culturas.

O *Ethos* pode ser entendido, nesse aspecto, como se fosse uma “segunda natureza”, o “substrato” vital do existir humano e de sua cultura, mas sempre em permanente processo simbiótico entre o ser e o proceder humano, entre o compromisso e a responsabilidade com a alteridade, entre o que representa e as disposições interiores do agir do indivíduo. Torna-se dever aclamado e reclamado pela consciência socioindividual,

construído, garantido e transmitido, por meio do existir e da inserção-educação nos sistemas culturais.

O *Ethos* também é a própria dimensão manifesta da transcendência do indivíduo, no sentido do entendimento e do estabelecimento de uma compreensão permanente da busca profunda do significado maior da vida. É nessa perspectiva que o *modus operandi* do Ensino Religioso não pode ser simplesmente o estudo ou o trabalho com a(s) religião(ões). Essas passam a ser apenas meios, espaços, terreiros, caminhos para a compreensão do humano. É necessário olhar para o horizonte e a complexidade do ser humano, de como ele coloca, manifesta, organiza e constitui suas crenças e esperanças frente à vida. Isso requer iniciar crianças e jovens na percepção de uma transcendência primeira, aquela que se coloca nele próprio e, em consequência, coloca-se, apresenta-se e constitui-se na realidade sociocultural.

Ethos: conteúdo do ensino religioso

Na condição do *Ethos*, tratado anteriormente, é que o componente curricular Ensino Religioso encontra campo para a sua ação pedagógica, tanto no contexto subjetivo, a casa onde se estabelece o indivíduo, como no contexto intersubjetivo, a casa onde se estabelece o espaço coletivo-cultural do ser humano. Ao se considerar e tratar o Ensino Religioso como uma área de conhecimento, a disciplina encontra nesse espaço de compreensão e de apropriação/transformação do *Ethos* questões fundamentais para abordar e desenvolver, de modo que venha a contribuir com o seu objeto de trabalho — o Fenômeno Religioso — numa educação que se quer integral, produzindo, assim, uma real compreensão da existência humana.

Nesse aspecto, o *Ethos*, enquanto identidade de uma comunidade, evoca o componente Ensino Religioso para um conhecimento intercultural do ser e do existir humano, dando lugar ao repensar e reconstruir constantes do conceito de cultura e de seu processo, pois é a cultura que faz com que pessoas, de sexos, raças e credos diferentes tenham

comportamentos diferentes, e não a transmissão genética ou apenas o ambiente geográfico em que vivem. Justamente por viverem culturas específicas e terem recebido uma educação diferenciada de outras é que há diversos comportamentos entre os humanos.

Percebemos, assim, que a cultura, no seu processo sócio-histórico, e as representações coletivas do comportamento humano são reveladoras de um sentido transcendente², não como fuga da concretude e da realidade da vida, mas como abertura para uma dimensão mais ampla, um mergulhar para a interioridade das próprias coisas, conhecendo-as e compreendendo-as, num envolvimento que seja profundo, dinâmico e real.

É por isso que “o fenômeno religioso, numa perspectiva atual, é uma resposta articulada culturalmente para afrontar as questões existenciais do ser humano, diante de um mundo em constante transformação e continuamente desafiado pelas condições socioculturais de sua realidade” (JUNQUEIRA, 2002, p. 139).

Parte da perspectiva dessa compreensão envolve desenvolver outro modelo de Ensino Religioso para a educação/formação básica do indivíduo. A configuração para outro paradigma de Ensino Religioso é descrita pelo art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), com a redação dada pela Lei n. 9.475 (BRASIL, 1997).

Já não há mais como “maquiar”: um outro modelo para o Ensino Religioso se coloca no que constitui uma sociedade que é plural, na sua história e na sua cultura. Para isso é que o Ensino Religioso necessita de eixos temáticos que correspondam e deem conta da diversidade humana e cultural, e dentre eles se coloca o eixo *Ethos*. Logo, os eixos temáticos estruturantes do trabalho de Ensino Religioso devem corresponder aos critérios de organização e seleção de conteúdos e pressupostos didáticos escolares, atendendo à demanda das culturas inseridas em seu tempo e época.

² “O tempo é ‘a tardança daquilo que está por vir’. Acho genial essa formulação, pois mostra o processo de realização do tempo (tardança), vindo do futuro em direção do presente” (BOFF, 2000, p. 4).

Ethos e fato religioso: conteúdo e linguagem

Retrocedendo no tempo, encontramos a gênese da experiência religiosa humana que se torna fato real — o Fato Religioso — e instaura-se no meio da cultura, situada no tempo e no espaço histórico do ser humano. O Fato Religioso apresenta concretamente a transcendentalização do humano e da natureza, e coloca-se na dimensão da defesa da vida, dos seus perigos, das trevas, da penumbra, do incógnito do mundo e da invisibilidade da razão.

Assiste-se, assim, na perspectiva da própria evolução, ao nascimento dos “deuses” e à formulação das crenças. Com o passar do tempo, o Fato Religioso se desloca da esfera do “misterioso” para a esfera do concreto, do sociocultural. As religiões se organizam e, no rastro das “ciências”, também fazem interpretação e leitura dos fenômenos.

Paralelamente a isso, uma vez que a inscrição do ser humano no universo do “religioso” está ligada a uma forma de entender o “vazio” colocado nele e à busca do entendimento dos sistemas de “sentido”, o próprio indivíduo que vivencia a experiência do sagrado se vê então impelido a dizer algo sobre isso. Dessa forma, colocar o Fato Religioso em pauta, percebendo-o concreto, passa pela ideia de que a experiência religiosa é vivenciada como a consciência da existência de um “Outro”, que se dá a conhecer nas práticas que regem as relações entre os humanos, o mundo e o que os Transcende.

Para falar do Fato Religioso e das qualidades que dele são constituintes é necessário abandonar certas diretrizes e caminhos que a razão oferece. O Fato Religioso pode ser investigado e entendido nos termos de sua própria cosmovisão, pois é da natureza da própria religião configurar a experiência por meio de suas categorias de linguagem e de comportamento. Por isso, sabemos que o Fato Religioso deve ser estudado e entendido não apenas em termos de seus contextos sociais, mas também em termos de suas próprias concepções e convicções religiosas. Na religião sempre existem a experiência pessoal e o ponto de vista de um crenente, que devem ser observados e considerados como fatos constituintes do Fato Religioso. Logo, ao ser estudado, o Fato Religioso precisa partir

da manifestação social dos acontecimentos religiosos e ser considerado a partir de suas próprias concepções e crenças.

Trabalhar e conhecer o Fato Religioso exige pautar-se em documentos históricos, sabendo, no entanto, que os próprios documentos dizem algo mais do que o simples fato de situações históricas. De fato, de algum modo, os documentos revelam também importantes verdades acerca do ser humano e de sua relação com o universo religioso.

Nas ciências em geral, atualmente não mais se colocam dúvidas quanto ao aspecto sociocultural-religioso do ser humano. Ao contrário, o Fato Religioso é concreto na vida cotidiana de um povo e dos indivíduos, está integrado aos aspectos culturais e vivenciais das sociedades humanas. A religiosidade é algo que perpassa e fundamenta diferentes esferas de toda a existência humana e de suas culturas, e com estas co-existe de forma articulada. Tanto no aspecto da existência quanto no das culturas, os diferentes sistemas de valores e significados não são entendidos mais como algo isolado ou fragmentado, mas estão em relação com o todo da realidade, são parte integrante da mesma.

Religiosidade³ é o próprio *Ethos*, o “modo de ser das coisas e das pessoas” (BOFF, 2003 p.34), ou um tecido vivo de relações e inter-relações entre os elementos da cultura e da tradição, a fonte do dever para o agir moral do ser humano. Religiosidade tornou-se um “conjunto de princípios que rege, transculturalmente, o comportamento humano para que seja realmente humano no sentido de ser consciente, livre e responsável” (BOFF, 1999 p. 195).

Cada Fato Religioso tem uma linguagem própria e esta funciona como um mapa de uma realidade situada. Para o crente, a linguagem religiosa não é tratada como fantasia nem como imaginação, pois essa linguagem recoloca e reformula a visão de mundo. A religião define e estabelece mundos e lhes dá forma; por isso, ela também mobiliza a

³ “Chamamos religiosidade a atitude de *abertura da pessoa ao que realmente importa, ao sentido radical de sua existência*. Implica em não acomodar-se, não ficar parado; alimentar a esperança; ser criativo; empenhar-se por crescer, estar aberto ao mais profundo, o mais alto, o melhor – não do que os outros, mas em relação a si mesmo; ultrapassar-se; sair de si, ver as necessidades dos outros – pessoas, categorias, povos, gêneros, etnias; também dos animais, do nosso planeta. *Transcender*” (GRUEN, 2010).

humanidade e suas culturas. Ou seja, a religião cria uma ordem de mundo e se constitui como uma fonte geradora de concepções de história, tempo, espaço, cosmovisão, natureza e humanidade.

O Fato Religioso, do universo do imaginário pessoal e coletivo, socioculturalmente se coloca em paralelo às organizações políticas e econômicas e às ciências, já que sua linguagem funciona como normativa e se constitui como um mapa da própria realidade humana.

Trazer o Fato Religioso para o espaço do conhecimento escolar e apontar que epistemologia se torna constitutiva para o mesmo é conferir à religião uma identidade. Isso implica perceber quais conhecimentos se constituem capazes para dar pertinência ao componente curricular Ensino Religioso. Desse modo, coloca-se em discussão a questão acerca do que é possível e cabível conhecer. É por isso que, nesse percurso, faz-se necessário também se perguntar qual epistemologia poderá servir ao Ensino Religioso, de modo a proporcionar-lhe a possibilidade de um trabalho consistente, fundamentado, acadêmico-científico.

O Ensino Religioso, diante do Fato Religioso, coloca-se justamente para oferecer uma visão menos restrita, mais abrangente. Por isso, sua linguagem não é apenas um modo de explicar o mundo — visto que a ciência hoje o faz com mais sentido —, mas, sim, uma ferramenta que percebe o modo como o indivíduo e as culturas habitam o mundo, ou seja, percebe o *Ethos* que constitui o ser humano e suas culturas.

A linguagem no Ensino Religioso é um meio para comunicar o *Ethos*, o “habitar” a si próprio e o mundo, condicionado por uma forma de ser-estar do indivíduo e pelo contexto histórico cultural. O Fato Religioso exige ser pensado e estudado nos limites da própria razão. Por isso, é necessário discernir e perceber que a compreensão não se encerra apenas no ser humano da concretude, nem apenas num conjunto de representações que exprimem a natureza das coisas religiosas ou suas relações. É necessário compreender que o Fato Religioso, como experiência humana, é relacional, portanto, é vivência com o Outro e com as Culturas, já que é aí que o indivíduo elabora concretamente a experiência do religioso.

Ethos e diversidade: conteúdo e cultura

Colocar o campo de trabalho do componente curricular Ensino Religioso no horizonte do ser humano significa dizer que a pluralidade cultural na sua *diversidade* é o espaço de estudo, pesquisa e entendimento do Fato Religioso. O Ensino Religioso poderá, assim, ser mais um dos componentes do currículo escolar a colaborar para uma “leitura e uma interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma” (JUNQUEIRA, 2002, p. 24), já que se coloca como mediador para a compreensão do ser humano e se constitui mediante um campo amplo e plural do conhecimento da cultura, da transcendência e das representações de religiosidade.

Portanto, é a partir do conhecimento culturalmente constituído e em processo de reconstrução que o Ensino Religioso trabalha conceitos e estruturas de significação, que organizam o saber e recolocam pressupostos “despertadores” e “libertadores” do próprio indivíduo e de sua história. O objetivo primordial é compreender o processo de fazer-se pessoa nas suas culturas e opções e nelas encontrar os significados e as riquezas maiores de viver com a Diversidade.

É por isso que no diálogo e no auscultar o outro se estabelece a possibilidade da democratização da função sociocultural da escola. Dialogar e auscultar pressupõe que partes distintas entrem em relação, conheçam-se e estabeleçam vínculos de participação efetiva e afetiva, sem perder a identidade própria (seu *Ethos*) e sem negar a possibilidade de transformação de ambas as partes. Isso pressupõe vontade pessoal para abrir-se ao outro, às suas posições e às suas diferenças, e para dialogar, não formando iguais, mas para promovendo, respeitando e valorizando a pluralidade, num processo de conhecimento, aprendizagem e vinculação ao diferente que exercita e estabelece relações democráticas.

Trabalhar o humano e suas culturas, nas suas Diversidades, é transcender padrões de leitura e concepções exclusivas da própria cultura e compreender o ser em relação, entendendo o campo de visão do outro e os distintos modos (*Ethos*) de conceber, de viver e de fazer

religião⁴. O pluralismo cultural-religioso tem lugar na incansável recolocação dos outros *Ethoi* (plural de *Ethos*) para a transformação e constituição de novas culturas, denominações e percepções.

Na dimensão do *Ethos*, a Diversidade se mostra um bem humano-cultural necessário e, por isso, é mister também deseja-la, promovê-la e respeitá-la, acima de tudo, como um patrimônio da humanidade.

No espaço do Ensino Religioso, que se propõe a contribuir com a formação sociocultural do humano, as ações educativas visam à promoção e ao respeito ao “diferente”, de forma a ajudar no desenvolvimento de um *Ethos* voltado para uma cidadania que seja ética e que perceba no outro a complexa riqueza que compõe a teia da vida.

Constatamos, contudo, que infelizmente a “discriminação” e certo “juízo de valor” estão instaurados nas relações socioculturais construídas e, naturalmente, também no que concerne ao Fato Religioso. No entanto, sabemos também que desde a mais tenra idade o senso crítico é aprendido e se instaura no indivíduo e no seio cultural, possibilitando um processo de respeito, convivência e compreensão no cotidiano escolar, favorecendo, assim, a aprendizagem, abertura e convivência com a Diversidade.

“Primeiramente, é preciso aceitar que a discriminação, qualquer que seja ela, é aprendida. Ninguém nasce supondo que é ‘normal’, melhor ou inferior em relação a outros indivíduos”, diz professora Zilda Del Prette (2010, p. 1). Na função sociocultural de ensinar, o Ensino Religioso torna possível educar crianças e jovens para a alteridade, desconstruindo tabus, superando preconceitos e distorções da percepção do fato humano-religioso, e constatando, assim, a riqueza e a beleza que compõem o painel humano-cultural com e na sua mais múltipla Diversidade.

No componente curricular Ensino Religioso, há espaço para explorar as condições socioculturais que reproduzem e reforçam a discriminação. Isso se deve ao fato de que o fazer pedagógico-educacional organiza ideias, concepções, envolvimento pessoal e ações de práticas coletivas a

⁴ “O ser humano é espaço-temporal: normalmente, o sentimento religioso se expressa e realimenta em sistemas formais próprios das diversas culturas: constitui-se religião, com suas agremiações, símbolos, cultos, preces, formulações de crenças e normas” (GRUEN, 2010).

partir de uma proposta/projeto que tanto pode ser homogeneizadora, quanto promotora da Diversidade dos *Ethoi* dos indivíduos.

Estamos todos habituados a buscar as semelhanças e a valorizá-las, muito mais do que as diferenças, mesmo elas sendo tão presentes. A própria Ciência se constrói sobre a busca da regularidade, da estabilidade e, embora este esforço seja necessário, por vezes acaba ficando obscurecida a importância da Diversidade e da variação, inclusive como forma de garantir a continuidade da vida em um mundo que muda constantemente (APRENDENDO..., 2010, p. 1).

No processo do trabalho do Ensino Religioso, como em todo ato pedagógico-educacional, existem situações e exemplos concretos que mostram que há diferentes dispositivos para fomentar o desenvolvimento de práticas que promovam a Diversidade. Na base da ação pedagógica há sempre uma “*politicidade*⁵” que estabelece diretrizes que asseguram as condições para se alcançar os objetivos e metas voltados para a Diversidade ou para a homogeneidade.

Concretamente, é necessário desenvolver e estabelecer claramente uma cultura de abertura, acolhimento e de respeito à Diversidade dentro da própria escola, envolvendo, por uma ação pedagógico-educacional estratégica, toda a comunidade. Na ação pedagógica em particular, o profissional-professor de Ensino Religioso é quem pode oferecer um modelo de respeito e de valorização da Diversidade presente nas crianças e jovens, pois é ele o agente mediador de interações socioeducativas e inclusivas da Diversidade na sala de aula.

⁵ “A *politicidade* da aprendizagem conjuga educação muito mais com aprendizagem, do que com ensino. Aos professores cabe assumir a função de facilitadores da autonomia do estudante, abrindo oportunidades de reconstrução permanente do conhecimento. Sendo manejo do conhecimento possivelmente a vantagem comparativa mais decisiva do mundo globalizado, as crianças na escola precisam ter a chance de trabalhar conhecimento com criatividade, partindo sempre de sua base cultural própria. A *politicidade* do conhecimento inclui sempre o reconhecimento de que todos são sujeitos capazes de história própria, dependendo das oportunidades que se abrem e da capacidade de iniciativa. [...] O humano da relação humana é sobretudo sua *politicidade*. Com efeito, a participação política é muito mais fenômeno emocional, que reclama dedicação, entrega, envolvimento, entusiasmo, do que meramente cerebral. Não se pode mais dizer que vida é cognição. Este cartesianismo passou. Mas vida é aprendizagem, porque vida é o que sabemos e aprendemos a fazer dela” (DEMO, 1999).

Em relação ao professor, a primeira coisa é ele próprio não discriminar o aluno ‘diferente’, seja em termos de rendimento, de estética ou de habilidades. A segunda é colocar esse tópico na pauta de seus objetivos de ensino e criar condições diárias para envolver os alunos no processo de aprendizagem (APRENDENDO..., 2010, p. 1).

É necessário, para isso, entender que não há alunos bons ou ruins, melhores ou piores, normais ou anormais, há apenas alunos. É preciso, também, partir do princípio de que há tipos e graus de necessidades em cada indivíduo e que o processo de aprender se faz de forma diversificada, personalizada e, por isso, diferente. Para lidar com a Diversidade de *Ethos* e do conhecimento do Fato Religioso, coloca-se a necessidade de se saberem e de se verificarem as possibilidades e os limites do ensino e da aprendizagem no Ensino Religioso.

A partir disso é que o Ensino Religioso visualiza, elabora e trabalha a demanda da Diversidade e as diferenças em classe e no espaço escolar. Faz-se necessário, para tanto, um projeto/plano que tenha uma programação de conteúdos, metodologias e retomadas que atendam às aprendizagens na especificidade do processo de cada indivíduo.

Para que a Diversidade esteja presente e seja contemplada na sua plena dimensão, não é possível que o Ensino Religioso trate a todos e a todas de forma indiferenciada, já que as experiências religiosas estão em distintos e diversos fatos religiosos. O acolhimento à Diversidade, presente em cada indivíduo, precisa ser feito de forma acadêmica e qualitativa, ou seja, com profissionalismo. Assim, crianças e jovens se sentirão valorizados e aprenderão a valorizar, a respeitar e a desenvolver o exercício da cidadania. Todos, de algum modo e dentro de seus limites e potencialidades, participam colocando suas experiências e conhecimentos, ouvindo e fazendo-se ouvir, e num processo de aprendizagem vão constituindo e elaborando estruturas internas de alteridade e de convivência com a Diversidade.

Ensino religioso escolar: adequação de conteúdos

Pautando o ensino e a aprendizagem, o Ensino Religioso poderá propor um programa e selecionar conteúdos, sabendo que na faixa etária

dos 3 aos 5 anos a criança desenvolve sentimentos e imagens internas de olhares reconhecedores, sorrisos reconfirmadores e toques cuidadores. É a fase em que a criança amplia os laços sociais e afetivos; cria vínculos e socializa-se com o outro e com o meio cultural, elaborando possibilidades e limites; desenvolve noções básicas de identidade; na relação de alteridade, conhece e vivencia manifestações cultural-religiosas do seu cotidiano; e consegue identificar o significado dos espaços e simbologias do seu universo.

Na faixa etária dos 6 aos 10 anos, o educando percebe, valoriza e respeita a vida presente em si mesmo, no outro e nos espaços em que vive. Tem um conhecimento elaborado sobre a diversidade de simbologias e de espaços religiosos. As organizações família, escola e espaços religiosos/sagrados das quais faz parte são referência para a sua vida. Consegue perceber e entender as diferenças que se colocam entre as Matrizes Religiosas, percebendo a diversidade cultural-religiosa como espaço de aprendizado, convivência, troca, respeito e solidariedade com o diferente, ou seja, dá-se conta do pluralismo sociocultural e da complexidade humana.

Entre as idades de 11 e 15 anos, é possível começar a trabalhar com um conhecimento que exija uma abstração maior. Assim, é possível tratar conceitualmente o significado das organizações sociocultural-religiosas e compreender a concepção da religiosidade no humano, percebendo que são sinalizações que orientam e são referências para a vida das pessoas e dos grupos. O aluno consegue compreender a evolução das organizações socioculturais no decorrer dos tempos, conhecer e decifrar textos sagrados escritos e orais, entendendo-os como fontes literárias para a leitura e compreensão dos sistemas religiosos. Compreende concepções e especificidades de Religiosidade, Espiritualidade, de Tradição Religiosa e de Ciência, percebendo-as como conhecimentos e valores que determinam “verdades” para o ser humano.

A partir dos 15 anos é possível discutir, conhecer e compreender elementos que explicitam o fenômeno religioso, numa leitura e interpretação do fato religioso presente na história e na cultura humanas; fazer uma leitura analítica interpretativa e crítica para tratar , conhecer e entender; o fato religioso presente em documentos, fontes literárias, textos sagrados orais e escritos; compreender o significado dos mitos e ritos e

reconhecer a diversidade presente nas manifestações religiosas, elaborando uma compreensão de mundo e de cosmos; elaborar o significado e sentido da ética e da moral, como valores humanos que sustentam a opção pelo bem, pela verdade, pela justiça e pelo amor, numa permanente ação/reflexão instigadora, solidária e fraterna com o outro e com o Universo; formular questionamentos existenciais, elaborar perguntas e respostas, buscando a transposição dos limites, identificando possibilidades e reconhecendo a diversidade; situar-se como sujeito cocriador, responsável e inserido no processo de transformação da realidade, da evolução e compreensão humana da Vida; e colocar-se como promotor/construtor do bem comum.

Estratégias para a ação pedagógica

Na perspectiva das Estratégias, o plano de ensino, os planejamentos, os objetivos a serem alcançados, os conteúdos estruturantes, as atividades de aprendizagem, as metodologias nos seus métodos e a verificação dos resultados atingirão as metas traçadas se contemplarem as peculiaridades do indivíduo e da cultura no *Ethos*, na Diversidade e no Fato Religioso.

É bom destacar que os objetivos não tratam de conteúdos a serem *transmitidos*, mas de competências a serem *promovidas* nas crianças e jovens para a leitura, interpretação, inserção e reconstrução da realidade da qual são partes. Portanto, o componente Ensino Religioso deve propor e promover atividades de aprendizagem lúdicas, de trocas e de construção coletiva, que demonstrem concretamente o acolhimento e o respeito pelo outro, por suas opções, seu jeito, seu *Ethos*, tendo consciência de que o “outro” sempre pode ampliar os horizontes da nossa própria vida.

O Ensino Religioso por natureza é um componente que deve valorizar as ações daqueles que apresentam respeito e aproximação ao diferente. A dimensão da Diversidade, tratada conscientemente nas ações pedagógico-educacionais, cumpre o papel de preparar crianças e jovens para a atuação cidadã, de respeito e tolerância às diferenças. Tratar do Fato Religioso na sua dimensão da Diversidade é parte do processo de

construção de outra cultura escolar e se coloca na perspectiva do compromisso com uma sociedade mais justa para todos.

O Ensino Religioso é componente curricular com o papel primordial de formar pessoa-cidadão capaz de produzir bem-estar para si e para aqueles com quem os alunos convivem. É necessário aprender não apenas a conviver com tolerância à Diversidade — como se fosse uma deferência para com os mais diferentes —, mas a desejá-la, promovê-la e respeitá-la como um dado precioso da imensa riqueza do humano.

O planejamento de cada aula e, por consequência, de cada atividade revela a dimensão do processo de ensino e de aprendizagem. Planejamento é o instrumento primordial para o professor pensar e elaborar estratégias de ação de acordo com o objetivo a atingir.

Como instrumento, não é cabível um planejamento único e igual para diferentes salas, ou um planejamento repetido de um ano para outro. Considerando o perfil, o processo e as necessidades, o planejamento precisa ser específico e adequado para cada turma e deverá contar com a flexibilidade para recolocar as “novidades” do processo, de acordo com o caminho que vai sendo traçado e os interesses e necessidades que surgem, sejam do educador ou do educando.

O planejamento é elaborado a partir de alguns elementos que facilitam sua execução e a sistematização do aprendizado adquirido. Nesse caso, o registro ou sistematização é a memória do ponto de partida e de chegada, por isso, ajuda e faz avançar o conhecimento. Para tanto, um planejamento didático-pedagógico precisa contemplar: clareza e objetividade de seus objetivos; espaço e condições para recolocar e/ou atualizar objetivos e estratégias, de acordo com o percurso e os interesses dos aprendizes; os recursos disponíveis para sua execução; o conhecimento que os educandos possuem sobre o conteúdo abordado; a articulação entre a teoria e a prática; estratégias diversificadas, inovadoras e que auxiliem o ensino e a aprendizagem; momentos e condições de sistematização das atividades no decorrer do desenvolvimento; flexibilidade frente às situações e aos imprevistos; pesquisas, buscando diferentes referências; e a execução das aulas de acordo com a realidade e as condições socioculturais dos educandos.

Planejar hoje pressupõe aliar-se também à utilização dos mais diferentes recursos, como filmes, mapas, poesias, músicas, computador,

jogos, aulas práticas, sites, portais, atividades criativas e dinâmicas, entre outras, e constituir o educando como protagonista de seu aprendizado. Contribui para isso a realização de aulas em que educandos e professores executem, pesquisem, elaborem — enfim, ensinem e aprendam juntos.

As estratégicas serão adequadas se instigarem o “aprofundamento” ou a um “novo” conhecimento e desinstalarem professor e educando da situação de conforto do que já sabem, ajudando-os a transpor limites, condicionamentos e fragilidades. Estratégias são ferramentas utilizadas para envolver, motivar, desenvolver a criatividade e a participação. Quando bem estabelecidas, as estratégias ajudam a identificar o que já se sabe, o que é prazeroso fazer e, principalmente, os passos a serem dados para avançar no conhecimento. Estratégia é o caminho pensado e a ser percorrido, é a maneira utilizada para atingir os objetivos propostos.

Num plano de aula, as estratégias devem tratar claramente das intenções e tendências de quem ensina e do aprendizado dos diretamente envolvidos. Uma aula sempre expositiva, por exemplo, não cabe para quem tem a intenção de formar pessoas autônomas, críticas e reflexivas, pois sem a participação dos educandos não há um favorecimento da construção da autonomia, mas sim a criação da dependência do pensar e agir.

Para ajudar a ver – concluindo

Este pequeno ensaio nos fez explorar uma compreensão inicial das questões metodológicas do Ensino Religioso, buscadas no entendimento do *Ethos*, como jeito de ser e como uma maneira de viver do ser humano. Como algo concreto da vida cotidiana de um povo e dos indivíduos, situamos o Fato Religioso, integrado aos aspectos culturais e vivenciais das sociedades humanas. Apresentamos também a ideia da impossibilidade de avançar como humanidade se a Diversidade não for contemplada e integrada à vida e ao cotidiano do educar.

Entendemos, assim, que no tratamento e compreensão do Eixo Temático *Ethos* o Fato Religioso e a Diversidade são conteúdos e tornam-se condições para a construção de um cidadão inserido, situado, crítico, reflexivo. *Ethos*, o Fato Religioso e a Diversidade dão origem a estratégias

de trabalho ao desencadear envolvimento e participação — o que se insere na transformação e reconstrução do conhecimento e do contexto sociocultural-religioso, econômico, ambiental no qual o indivíduo-cidadão está inserido. Por essa razão, parece-nos absolutamente imprescindível que tais aspectos ilustrem a prática e componham a identidade do componente escolar Ensino Religioso.

Referências

AMOSSY, R. (Org.). **A imagem de si mesmo no discurso:** a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

APRENENDENDO a viver na diversidade. **ClickCiência**, n. 20, jan. 2010. Reportagem. Disponível em: <http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao20/materia1_detalhe.php>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, L. **Ética e moral:** a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL. Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 1997. p. 15824

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1998. Seção 1, p. 31.

DEMO, P. **Politicidade da educação e/ou aprendizagem reconstrutiva política.** 1999. Disponível em: <http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Texto/Demo_1099.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.

ETHOS. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GRUEN, W. **Ensino Religioso em movimento**. Belo Horizonte, 2010. Mimeografado.

JUNQUEIRA, S. R. A. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAZZOTTI, A. J. A. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MOSER, A; SOARES, A. M. M. **Bioética**: do consenso ao bom senso. Petrópolis: Vozes, 2006.

Recebido: 10/04/2013

Received: 04/10/2013

Aprovado: 04/07/2013

Approved: 07/04/2013